

Orçamento estadual perde, mas não há pessimismo

Só o Estado de São Paulo perderá Cr\$ 19 bilhões. Em maior ou menor grau, o pacote econômico vai repercutir negativamente nos orçamentos de todos os Estados, em alguns de forma mais dura devido a acordos salariais com os funcionários públicos. Os Secretários Estaduais de Fazenda, entretanto, estão todos otimistas e acreditam que a fiscalização popular ao congelamento de preços aumentará a arrecadação do ICM, compensando qualquer perda.

Para a Prefeitura de Salvador, o pacote até trouxe benefícios imediatos, segundo o Secretário de Finanças, Herbert Frank. Trata-se de uma dívida de Cr\$ 400 milhões que não mais será atualizada pela correção monetária e poderá ser paga até o fim do ano. Para ele, o benefício só não foi maior porque é uma dívida vencida, e não poderá ser reduzida com a conversão de cruzeiros em cruzados.

No caso de São Paulo, a arrecada-

ção prevista inicialmente era de Cr\$ 77 bilhões, reajustada agora para Cr\$ 58 bilhões, e o Secretário da Fazenda, Marcos Giannetti da Fonseca, estuda como reequilibrar receita e despesa:

— De início, estamos pensando em fazer um corte de 19 por cento no orçamento, além de um congelamento simultâneo de dez por cento. Afinal, o orçamento foi feito com vistas à uma determinada previsão de inflação que não mais ocorrerá. Então, as novas medidas têm que ser evolutivas, caminhando conforme a necessidade.

A exemplo de São Paulo, o orçamento do Rio Grande do Sul cai de Cr\$ 41 trilhões para cerca de Cr\$ 25 bilhões, segundo cálculos que a Secretaria da Fazenda ainda está processando, mas o Secretário José Hipólito da Costa acredita que poderá até aumentar os investimentos em 1986.

— Nós éramos obrigados, pela especulação, a aceitar juros superiores a 30 por cento ao mês para rolar nossa dívida. Com o pacote, os juros cairão a 15 por cento e será mais fácil rolar a dívida.

Preocupado com a arrecadação do ICM, que "só poderá aumentar com

o crescimento da economia", Hipólito acha que o pacote deveria ter previsto uma espécie de compensação para os Estados, e planeja um aumento de receita através da cobrança de dívidas ativas e da suspensão de alguns incentivos.

Um dos mais otimistas com os resultados do pacote é o Secretário de Finanças do Paraná, João Elísio Ferraz de Campos, que espera uma excelente arrecadação de impostos,

principalmente do ICM, porque as empresas passarão a trabalhar com mais recursos devido ao tabelamento de juros.

O orçamento do Estado, que inclui um índice inflacionário proje-

tado de 220 por cento, ainda está sendo revisto, segundo João Elísio, e só estará recalculado em uma semana.

Em Santa Catarina, o Governador Espírito Santo Amorim, no entanto, já sabe em quanto o orçamento do Estado será reduzido: 160 por cento, exatamente a previsão inflacionária de 1986 com que tinha sido elaborado, e o Secretário da Fazenda, Nelson Madalena, acha que o congelamento da arrecadação do ICM não é importante, mas sim a garantia de estabilidade monetária.

A inflação projetada embutida no orçamento do Estado do Amazonas era um pouco maior — 180 por cento — e ele também está sendo recalculado. Segundo o Secretário da Fazenda, Ozias Monteiro, o mês de fevereiro será utilizado como base, porque foi o "mês mais apertado", com a liberação apenas dos recursos considerados indispensáveis aos órgãos estaduais. A situação no Amazonas é considerada sob controle, e até um aumento para o funcionalismo está sendo encaminhado à Assembleia Legislativa, pelo Governador Gilberto Mestrinho, que vai representar um aumento de despesas de Cr\$ 50 milhões por mês.

